

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Negociações Internacionais.

Período de Análise: 01/09/2016 a 30/09/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio Eletrônico da CPT
Sítio Eletrônico da CONAB
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice:

Brasil e China assinam acordo de investimento em agricultura. Assis Moreira e Tatiane Bortolozzi. Valor Econômico, 02/09/2016.....	3
Brasil quer o açúcar na lista de produtos livres de tarifas no Mercosul. Cristiano Zaia. Valor Econômico, 02/09/2016.	3
Ministro da Agricultura fala para mais de 100 empresários em Seul. MAPA, 06/09/2016.....	6
Avança acordo para Coreia do Sul importar carne suína brasileira. Cristiano Zaia. Valor Econômico, 07/09/2016.....	7
Blairo Maggi negocia venda de carne suína para a Coreia do Sul. MAPA, 08/09/2016.....	8
Acordo pode facilitar venda de produtos brasileiros para a China. MAPA, 09/09/2016.....	10
Rede internacional de Articulação Margaridas do Mundo: a voz das mulheres rurais em uma luta unitária por justiça, igualdade, autonomia e liberdade. CONTAG, 15/09/2016.	11
Brasil fecha acordo para venda de carnes à Malásia. MAPA, 19/09/2016.	12
CLOC e Via Campesina realizam missão de solidariedade com o Campesinato Colombiano. Site do MST, 21/09/2016.....	13
Agronegócio brasileiro quer ampliar participação no mercado da Malásia. MAPA, 20/09/2016.....	14
Em reunião do Brics, Blairo defende mais cooperação para garantir a segurança alimentar global. MAPA, 23/09/2016.	15
MDSA participa de encontro da FAO no Chile. Site do MDSA, 26/09/2016.....	16
CNA participa da 9ª Edição da Conferência Internacional de Pecuáristas, em Goiânia. CNA, 26/09/2016.....	17
Reunião em Genebra aprovará orientações para a promoção de meios de vida sustentáveis no campo e nos setores agroalimentares. CONTAG, 26/09/2016.	18
Inkra propõe grupo de trabalho para qualificar governança da terra na Ibero-América. INCRA, 27/09/2016.....	19
Ministro da Agricultura estima que viagem à Ásia pode render até US\$ 2 bi em negócios. Eduardo Rodrigues Ferreira, 27/09/2016.....	21
China suspende compras de cinco frigoríficos brasileiros. Valor Econômico, 28/09/2016.....	22
Secretário-executivo do Mapa vai destacar sustentabilidade da agricultura brasileira na FAO. MAPA, 30/09/2016.	23

Brasil e China assinam acordo de investimento em agricultura. Assis Moreira e Tatiane Bortolozzi. Valor Econômico, 02/09/2016.

Um acordo para a criação de um Fundo de Investimento do Desenvolvimento da Agricultura do Brasil e China, com capital de US\$ 1 bilhão, foi assinado nesta sexta-feira em Xangai, ao fim de seminário que reuniu empresários dos dois países, com a presença do presidente Michel Temer, em sua primeira viagem internacional após assumir o cargo, na quarta-feira.

O fundo participará da cadeia do setor agrícola brasileiro, especialmente em serviços agrícolas e de melhoramento de infraestrutura, incluindo armazenamento, logística e portos.

O banco chinês Haitong, de Xangai, diz que a ideia é aproveitar as vantagens da indústria e financiamento das partes chinesas. Xie Tao, presidente do grupo Hunan Dakang International Food and Agriculture, disse ver oportunidades importantes no Brasil e acha que a economia vai melhorar nos próximos 18 meses.

Por sua vez, o ministro da Agricultura do Brasil, Blairo Maggi, anunciou plano de elevar a participação brasileira nas exportações agrícolas mundiais, de 7% para 10% do total no prazo de cinco anos.

“Não vou estar lá (no ministério) até lá, mas é preciso plantar a partir de agora”, afirmou. Segundo o ministro, com essas medidas implementadas o Brasil poderia faturar cerca de US\$ 30 bilhões a mais por ano.

Brasil quer o açúcar na lista de produtos livres de tarifas no Mercosul. Cristiano Zaia. Valor Econômico, 02/09/2016.

O novo governo resolveu abraçar uma velha demanda dos usineiros brasileiros e deu início a negociações com os países parceiros do Mercosul para incluir o açúcar na pauta de produtos beneficiados pelo livre comércio dentro do bloco.

As articulações diplomáticas apenas começaram, mas têm foco na Argentina, país do bloco que mais resiste à ideia. Enquanto o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, já tratou do assunto em duas ocasiões com o ministro argentino da Agroindústria, Ricardo Buryaile, o chanceler José Serra também já demonstrou o interesse do Brasil de liberar

tarifas de importação sobre o açúcar no Mercosul à chanceler argentina, Susana Malcorra. O ministro do Desenvolvimento, Comércio e Indústria Exterior, Marcos Pereira, também levantou o assunto.

Os argentinos resistem à ideia defendida pelos setores público e privado brasileiros desde 1994, pois há pressão de produtores de cana-de-açúcar e usinas das três Províncias ao norte do país - Jujuy, Salta e Tucumán -, onde se concentra a produção de açúcar.

Os usineiros da Argentina têm receio de que o açúcar brasileiro inunde o mercado local caso o bloco libere as tarifas de importação hoje vigentes entre os países integrantes. A Argentina cobra uma alíquota de 10% para permitir a entrada do açúcar proveniente de usinas do Brasil.

"Já pedi ao meu contraparte na Argentina que o assunto seja tratado dentro do Mercosul e ele disse que levará a demanda ao presidente [Maurício] Macri", disse Maggi. "A Argentina não seria afetada, pois o Brasil aceitaria antes de tudo firmar acordos bilaterais para não afetar a economia argentina", acrescentou, dizendo que a ideia do governo brasileiro é aproveitar a maior abertura da gestão Macri, para levar a questão à deliberação do bloco.

A postura do governo Michel Temer atende a um apelo da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), que representa as usinas do Centro-Sul do país. Segundo Eduardo Leão, diretor-executivo da entidade, o açúcar figura como o único produto que ainda está de fora das listas de bens livres de tarifas no Mercosul, o que pode fragilizar as negociações do bloco com outras regiões. "Mas estamos dispostos a aceitar a criação de cotas de exportação para a Argentina, como acontece com o leite e o setor automotivo, para evitar uma abertura ampla do mercado deles para o nosso açúcar", avaliou.

Sem isenção de tarifa para o comércio de açúcar, o Mercosul representa um mercado marginal para as usinas brasileiras. No ano passado, o Brasil exportou US\$ 182,6 milhões em açúcar para os países do bloco, cerca de 2% da receita obtida com o embarque da commodity para o mundo todo em 2015. A China, maior destino do açúcar brasileiro, importou US\$ 817,7 milhões ano passado, quase 10% da receita total com os embarques do produto.

Uma fonte do Itamaraty confirma que o tema já está sendo tratado pelo governo mas mudanças aparentemente em curso no bloco - como a definição em torno do próximo país a assumir a presidência do grupo - podem acelerar ou atrasar o andamento da

proposta

internamente.

Segurança alimentar e acesso a terra na América Latina e Caribe são temas de capacitação na Colômbia. CONTAG, 14/09/2016.

A segurança alimentar e nutricional (SAN) e o acesso à terra na América Latina e Caribe são foco do Módulo de formação em soberania alimentar e nutricional, da Escola de Influência do Projeto UE CRECE LAC. O evento é coordenado pela COPROFAM e pela Cloc Via Campesina e reúne cerca de 15 países nesta semana (12 a 16 de setembro) em Bogotá, capital da Colômbia.

A defesa da reforma agrária integral e popular e da soberania alimentar impulsadas pela agricultura familiar, camponesa e indígena são o principal foco do encontro, que tem como objetivo capacitar participantes da rede de movimentos sociais na luta contra os impactos do capital internacional sobre a agricultura familiar, camponesa e indígena (AFCI) e em defesa da soberania alimentar dos povos da América Latina e Caribe. As estratégias de ação dos movimentos e organismos da sociedade civil (OSC) para aumentar sua influência nos espaços de decisão política regional vem tomando uma tônica de luta unificada em todo o continente para pressionar de forma conjunta os governos da região na construção de políticas públicas para a Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena.

Além disso, o encontro pretende proporcionar espaço de debate sobre a conjuntura política atual na região e os impactos nas políticas vinculadas a SAN, promover a troca de experiências, e, principalmente, criar oportunidades para a atualização em rede das organizações da sociedade civil nos principais espaços de discussão e construção de políticas públicas. A CONTAG está presente no evento por meio da secretária de Mulheres, Alessandra Lunas, e também do vice-presidente e secretário de Relações internacionais, Willian Clementino Matias.

Acesso à terra

Para apresentar os principais estudos sobre casos emblemáticos sobre a terra e território que afetam milhares de famílias de agricultores(as) e indígenas na América Latina, e para construir elementos comuns para a incidência em políticas públicas para solucionar

conflitos, a Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) e a Via Campesina coordenam esse momento do módulo de capacitação.

Os principais objetivos são construir espaço para acompanhar lutas sociais na América Latina e ter um posicionamento sobre as políticas públicas ante os governos, a FAO e instâncias internacionais. Além disso, os participantes terão a oportunidade de validar as experiências exitosas que construíram o movimento social para acompanhar e resolver o problema do acesso da mulher e homens à terra, em igualdade de condições.

Avaliação de projetos

Na manhã de hoje(14) o comitê político do projeto UE CRECE LAC reuniu-se para avaliar os avanços e desafios, e para planejar as ações do próximo período. Participaram da reunião o vice-presidente e secretário de Relações internacionais, Willian Clementino Matias, e representantes da RECMURIC, COPROFAM, FORO e OXFAM.

Ministro da Agricultura fala para mais de 100 empresários em Seul. MAPA, 06/09/2016.

Brasil negocia a abertura do mercado de carne suína e bovina para a Coreia do Sul

Durante palestra para mais de 100 empresários em Seul, na Coreia do Sul, o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, disse que entende o comércio internacional como uma via de mão dupla. "Tenho carros da Hyundai, TV Samsung, sou um típico consumidor de produtos coreanos. Nós queremos ampliar o comércio com a Coreia. Mas, para isso, é preciso que em contrapartida o país aumente a compra de produtos brasileiros", comentou. O Brasil está entrando na reta final das negociações para venda de carne suína para os coreanos e quer iniciar as conversas para abertura do comércio de carne bovina.

O seminário contou com a presença de empresários brasileiros e coreanos, entre eles o presidente da poderosa Associação de Importadores da Coreia (Koima), Myoung Jin Shin. Do lado brasileiro, estavam grandes empresas, como a Marfrig e a BRF, que tradicionalmente exportam para a Ásia. A Marfrig, por exemplo, tem uma planta de beneficiamento de carnes nos arredores de Seul. "O Brasil sairá rapidamente da crise se

ampliarmos nossas exportações e queremos priorizar o mercado asiático onde está 51% da população mundial", reforçou Maggi.

Os empresários coreanos ficaram impressionados com o discurso do ministro, que mostrou que o Brasil pratica uma agricultura sustentável e que 61% do nosso território estão conservados. Blairo frisou que a meta do Brasil é ampliar de 7% para 10% sua participação no mercado agrícola internacional nos próximos cinco anos.

"Nosso país tem um estoque de 115 milhões de hectares de terras férteis, a maior reserva mundial de áreas agricultáveis, o que nos dá um imenso diferencial. Esta é uma viagem para plantar. Precisamos preparar o terreno, semear, rezar para chover e depois colher. Nada se colhe de um dia para o outro", acrescentou.

No encontro, o embaixador do Brasil na Coreia do Sul, Luiz Fernando Serra, disse que o comércio entre os dois países caiu de US\$ 15 bilhões para apenas US\$ 5 bilhões por ano. Isto aconteceu, segundo ele, porque a Coreia deixou de privilegiar a parceria com o Brasil, dificultando a entrada de produtos, especialmente as carnes. O Brasil não exporta cortes bovinos para a Coreia. As negociações para a abertura do mercado à carne suína estão entrando na reta final.

Avança acordo para Coreia do Sul importar carne suína brasileira. Cristiano Zaia. Valor Econômico, 07/09/2016.

A Coreia do Sul deu nesta quarta-feira o primeiro aval para abrir seu mercado para a carne suína brasileira de Santa Catarina, maior Estado produtor dessa carne no país.

O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, disse ao Valor que os coreanos já finalizaram as análises técnicas documentais para um futuro certificado sanitário com vistas a viabilizar o comércio. Porém, até os primeiros embarques efetivos, o Legislativo local ainda terá que ratificar o acordo, o que deve acontecer dentro de dois meses. Depois, uma missão de técnicos do governo visitará frigoríficos brasileiros para apontar quais plantas estarão aptas a exportarem para a Coreia - essas auditorias ainda não têm data definida.

"Terminei as conversas aqui na Coreia, anunciaram que acabaram as análises técnicas e aprovaram que Santa Catarina venda carne suína para eles", afirmou Maggi, que está em viagem pela Ásia e acaba de deixar Seul, após ter feito uma rodada de conversas

bilaterais na China, onde acompanhou o presidente Michel Temer.

A indústria de carnes instalada em solo catarinense e o governo brasileiro estimam que as exportações do produto à Coreia do Sul possam render US\$ 108 milhões por ano, com potencial de 33 mil toneladas anuais.

Santa Catarina foi um dos primeiros Estados a obter, no ano passado, o status de livre da doença da peste suína clássica conferido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Além disso, é a única unidade da federação que está livre de febre aftosa sem vacinação.

O secretário de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Odilson Ribeiro, que integra a comitiva do governo brasileiro na viagem, disse que as negociações para liberar as exportações brasileiras de manga para a Coreia e os embarques de pêras coreanas para o Brasil também estão em estágio avançado, já que fazem parte da negociação.

Blairo Maggi negocia venda de carne suína para a Coreia do Sul. MAPA, 08/09/2016.

Processo de aprovação do produto pelos coreanos deve ser concluído no começo de 2017

O ministro Blairo Maggi (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) considerou positivo o saldo da sua visita a Seul, na Coreia do Sul, que terminou nessa quarta-feira (7). Ele conseguiu do vice-ministro da Agricultura, Lee Jun-won, a promessa de que o processo para a aprovação da importação da carne suína de Santa Catarina seja concluído no início do próximo ano, quando técnicos do governo coreano deverão vir ao Brasil para uma série de visitas técnicas as frigoríficos. O mercado da Coreia do Sul é de 50 milhões de consumidores.

As negociações para a entrada de carne suína brasileira no mercado coreano já se arrastam por uma década. "O governo e os produtores de Santa Catarina têm de manter a pressão, porque esta penúltima etapa deve estar concluída em novembro. E, quanto mais cedo os coreanos fizerem a visita técnica, mais rápido colocaremos nossa carne suína no mercado coreano", disse Blairo antes de embarcar para Hong Kong, onde cumpre a terceira etapa de sua viagem à Ásia. Santa Catarina é o maior estado produtor

de suínos do Brasil.

O ministro foi firme durante as conversas com representantes do governo coreano. Mostrou que o Brasil é um país com 200 milhões de consumidores e que quer ser tratado como um parceiro estratégico pela Coreia, país que é grande produtor de equipamentos eletroeletrônicos e veículos. "Não consigo entender porque vocês liberam carne bovina de países que podem oferecer muito menos contrapartida e ainda não liberam o nosso produto", disse o ministro.

Blairo acrescentou que o agronegócio no Brasil responde hoje por praticamente 50% de todas as exportações brasileiras e, por isso, além da soja e do milho, os brasileiros querem vender produtos com maior valor agregado, como as carnes suína e bovina, além do frango que é muito consumido pelos coreanos. "Quanto mais vendermos para a Coreia, mais emprego e renda geraremos e mais atrativo se tornará o mercado brasileiro para os produtos coreanos", argumentou Maggi.

O processo de liberação de importação de carne suína de Santa Catarina entrou na sétima fase, que é a aprovação pelo Congresso da Coreia do Sul. "Creio que em dois meses teremos concluído esta fase e poderemos entrar na última etapa deste processo, que é a visita técnica aos frigoríficos brasileiros", previu o vice-ministro Lee Jun-won. Ele ganhou de Blairo Maggi um pacote de café especial da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé). Os coreanos apreciam o café brasileiro e são grandes consumidores da bebida, com mais de 60 mil cafeterias espalhadas pelo país.

Negociações de carne bovina e manga

Blairo pressionou para que o governo coreano iniciasse logo o processo de aprovação da importação de carne bovina brasileira. Lembrou que o Brasil acaba de receber aprovação do governo dos Estados Unidos e já é um tradicional fornecedor da União Europeia, que estão entre os mercados mais exigentes do mundo. Os coreanos argumentaram é necessário concluir o processo da carne suína para depois tratar da carne bovina.

O ministro também conversou sobre a exportação de mangas pelo Brasil, que também está entrando na penúltima etapa do processo de aprovação e, em contrapartida,

prometeu trabalhar para finalizar a aprovação da entrada de peras coreanas no mercado brasileiro.

Acordo pode facilitar venda de produtos brasileiros para a China. MAPA, 09/09/2016.

Proposta foi feita pelo ministro Blairo Maggi ao chefe de governo da província de Cantão

O ministro Blairo Maggi (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) deu um importante passo na ampliação das relações comerciais entre o Brasil e China, nessa quinta-feira, 8 (pelo horário de Brasília). Ele propôs ao chefe de governo da província de Cantão, Ji Jiaqi, um acordo para a criação de um grupo do consulado brasileiro e técnicos dos dois países, a fim de facilitar a entrada de produtos brasileiros na China e vice-versa. O ministro considera estratégica a região do Cantão, que tem um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 1,7 trilhão. No ano passado, a província movimentou US\$ 1 trilhão em comércio exterior.

Comitiva brasileira com o chefe de governo da província de Cantão, Ji Jiaqi (Divulgação/Mapa)

Ji Jiaqi disse que o Brasil é o segundo maior parceiro comercial do Cantão, atrás apenas dos Estados Unidos. Ele propôs ao ministro Blairo Maggi um aumento da cooperação na área da segurança alimentar, principalmente no que se refere a gestão de riscos. Esta parceria, de acordo com o governo cantonês, por meio de universidades e centros de pesquisa, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Blairo aceitou e orientou o presidente da Embrapa, Maurício Lopes, presente no encontro, para iniciar as conversas com os chineses.

O ministro – que está em viagem a vários países da Ásia - lembrou que o presidente Temer deverá ir à China no próximo ano, atendendo ao convite do presidente Xi Jinping, feito durante a reunião de cúpula do G20, no último fim-de-semana, em Hangzhou. Uma das questões entre os dois governos é uma mudança nos critérios do governo chinês para a seleção de empresas brasileiras aptas a exportar. "Precisamos rever esta questão, porque muitas empresas do agronegócio estão de fora e, se forem

incluídas, poderemos aumentar significativamente a oferta de produtos com preços ainda mais competitivos", argumentou.

Blairo propôs - e Jiaqi aceitou - a criação de um grupo técnico para discutir esse assunto. O chefe de governo da província chinesa disse que o Cantão tem autonomia para resolver esse tipo de problema, o que poderá facilitar ainda mais o trabalho dos exportadores brasileiros junto ao governo chinês. Blairo convidou Jiaqi para visitar o Brasil.

Após a reunião, o ministro explicou que a pressão de províncias economicamente importantes, como o Cantão, junto ao governo central, é um fator político que pode ajudar a aumentar as vendas externas de produtos agropecuários brasileiros para a China. "As pressões precisam acontecer não apenas em nível presidencial, mas também nos escalões intermediários, porque, além das questões econômicas, temos as políticas", explicou Blairo.

Rede internacional de Articulação Margaridas do Mundo: a voz das mulheres rurais em uma luta unitária por justiça, igualdade, autonomia e liberdade. CONTAG, 15/09/2016.

Em Bogotá, capital da Colômbia, representantes das trabalhadoras rurais da América Latina e Caribe reuniram-se ontem (14) para fortalecer a voz das mulheres rurais pelo direito à terra e ao território onde vivem, com acesso e preservação dos recursos naturais e para denunciar os impactos na vida das mulheres causado pela ganância de transnacionais, que tem comprometido a vida de muitas agricultoras e indígenas, retirando seu direito a uma vida digna em seus territórios.

O encontro da Rede internacional de Articulação Margaridas do Mundo teve o objetivo também de seguir defendendo a soberania alimentar como um direito de todos os povos, dando visibilidade ao papel que as mulheres cumprem na garantia da produção de alimentos. Além disso, um dos principais intuitos foi fortalecer as estratégias de denúncia das violências sofridas no campo e a perseguição às lideranças que denunciam as situações vividas, além de cobrar por justiça aos assassinatos ocorridos ao longo de anos de luta.

Milhares de mulheres do campo, floresta e águas de toda a América Latina e Caribe morreram na luta por terra, por dignidade, por condições de produção, pela vida de suas famílias. Entre elas, Margarida Alves, Margarita Murillo e Berta Cáceres - assassinada há seis meses na luta pelos direitos dos povos indígenas no Nicarágua, crime que segue impune. “Podem calar a voz de algumas margaridas, mas não sabem que elas são sementes que em pouco tempo se tornam milhões. Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!” afirma a secretária de Mulheres da CONTAG, Alessandra Lunas.

“A Rede internacional de Articulação Margaridas do Mundo nasceu em 13 de agosto de 2015, no Brasil, depois da Marcha das Margaridas, onde a decisão da delegação internacional que participou da marcha concretizou um anseio de muitos anos que era de seguir fortalecendo a voz das mulheres rurais em todo o mundo”, explica Alessandra Lunas. A rede foi referendada posteriormente por mulheres dos demais continentes durante a Conferência Mundial de Agricultura Familiar, em setembro de 2015, em Bilbao, Espanha.

Participaram do encontro na Colômbia mulheres representantes da COPROFAM - rede que reúne organizações de agricultoras (es) familiares, camponesas e indígenas em sete países da América do Sul e região andina -, da Via Campesina, representadas pela Cloc América Latina, da Rede de Mulheres Rurais e Indígenas da América Central (RECMURIC), do Fórum de mulheres rurais da América Central e da plataforma de mulheres rurais da Colômbia, que reúne mais de 150 organizações de mulheres rurais daquele país.

Brasil fecha acordo para venda de carnes à Malásia. MAPA, 19/09/2016.

Dentro de 60 dias, técnicos daquele país devem fazer inspeção em frigoríficos brasileiros

O ministro Blairo Maggi (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) anunciou um acordo comercial para exportar carne bovina, suína e de frango para a Malásia. Ele que disse uma equipe de técnicos do país virá ao Brasil dentro de 60 dias para inspecionar frigoríficos. Desde o começo de setembro, o ministro está em missão oficial a sete países da Ásia para ampliar as exportações do agronegócio. Blairo Maggi se encontrou

com o ministro da Agricultura e da Agroindústria da Malásia, Ahmad Shabery bin Cheek. (Foto: Divulgação/Mapa)

CLOC e Via Campesina realizam missão de solidariedade com o Campesinato Colombiano. Site do MST, 21/09/2016.

Ao final, será divulgado um informe público preliminar sobre a realidade do campo colombiano e o papel das organizações camponesas no contexto de construção da Paz

Entre os dias 20 a 24 de setembro a Coordenadora Latino-Americana de Organizações Camponesas-CLOC e a Via Campesina Internacional realizam uma Missão Internacional de Solidariedade com os territórios camponeses na Colômbia.

O objetivo é oferecer apoio aos movimentos camponeses nos debates de paz no país, fruto de intensas negociações entre o governo e a guerrilha, que solicitaram a FAO, a União Europeia e a CLOC-Via Campesina, acompanhar a implementação dos acordos de paz no que se diz respeito à Reforma Agrária.

A Missão Internacional é formada por dirigentes da CLOC e da Via Campesina, provenientes de 16 países de quatro continentes. Os representantes acompanharão audiências públicas em Putumayo, Cauca, Meta, Magdalena y Norte de Santander.

Ao final, será divulgado um informe público preliminar sobre a realidade do campo colombiano e o papel das organizações camponesas no contexto de construção da Paz, cuja implementação do ponto 1 do Acordo realizado em Havana, Cuba, será acompanhado pela Via Campesina.

O Primeiro ponto do acordo de paz se trata de uma reforma agrária integral, “Por um novo campo colombiano, reforma agrária rural integral”, que busca gerar uma nova geopolítica num país, fortemente dominado pelo agronegócio em que os camponeses e as camponesas seguem sendo perseguidos e exterminados.

A Colômbia tem aproximadamente 42 milhões de ha para produção agropecuária, destas 80% são usadas para criação de gado e apenas 20% para agricultura, ou seja, 8,5 milhões de ha. No entanto, deste montante, cerca de 7 ha são dedicados para produção

de monocultivos de exportação e somente 1,4 milhões são dedicados para agricultura de consumo interno.

Assim como no Brasil, a concentração da terra improdutiva gera grandes desigualdades e violência no campo. Apenas 0,4% da população colombiana detêm 46% de posse da terra. O acordo buscará otimizar a agricultura nestas hectares com potencial agrícola no país para que a reforma agrária seja efetivada e os cerca de 5 milhões de camponeses no país, tenham acesso à mecanismos que garantam a produção, o beneficiamento e a comercialização dos seus produtos.

Apesar dos acordos firmados, organizações colombianas seguem denunciando, uma série de assassinatos e perseguições a lideranças sindicais e camponesas. Em virtude do conflito, nos últimos cinquenta anos, milhões de camponeses foram expulsos de suas terras que foram apropriadas por grandes empresas.

A Missão que se encerra neste sábado com um evento central no município de Apartadó, na região bananeira de Urabá antioqueño, também se solidariza com as ações que denunciam as situações de violação de Direitos Humanos dos camponeses no país.

Nesse sentido, os movimentos e organizações populares colombianas seguem em mobilização permanente e exigem do governo garantias para a luta social e política no país. Além do livre exercício da atividade sindical, e, sobretudo, a desarticulação do paramilitarismo e a investigação dos crimes contra lideranças populares.

Agronegócio brasileiro quer ampliar participação no mercado da Malásia. MAPA, 20/09/2016.

Blairo Maggi tratou do assunto em audiência com o ministro do Comércio daquele país, em Kuala Lumpur

Maggi e Mustapa bin Mohamed avaliam comércio bilateral (Fotos: Divulgação/Mapa)

O Brasil pretende ampliar o comércio de produtos agropecuários com o Malásia, reforçou o ministro da Blairo Maggi (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) durante encontro com o ministro do Comércio Internacional e Indústria da daquele país, Mustapa bin Mohamed, na capital Kuala Lumpur. O representante do governo malaio

elogiou a iniciativa de Blairo de visitar a nação para coordenar pessoalmente as negociações.

O encontro com Mustapa bin Mohamed foi mais um dos compromissos de Blairo em sua viagem por sete países da Ásia. Antes de visitar a Malásia, ele esteve na China, Coreia do Sul, Tailândia, Myanmar e Vietnã. A última etapa da missão é a Índia, onde também defenderá a ampliação do comércio bilateral e apresentará as oportunidades de investimento no agronegócio brasileiro.

Em reunião do Brics, Blairo defende mais cooperação para garantir a segurança alimentar global. MAPA, 23/09/2016.

Ministro propôs ainda a criação de grupo para tratar da facilitação do comércio agrícola

Ministros do Brics debatem propostas para aperfeiçoar comércio agrícola (Divulgação)

Ao participar nesta sexta-feira (23) da Reunião Ministerial de Agricultura e Desenvolvimento Agrário do Brics (bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), em Nova Deli (Índia) o ministro Blairo Maggi (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) defendeu o aprimoramento da cooperação multilateral para garantir a segurança alimentar mundial, o que passa pelo fortalecimento da agricultura. Ele também destacou a sustentabilidade agrícola brasileira, que tem o papel decisivo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no desenvolvimento de tecnologia e inovação.

De acordo com Blairo, é necessário fortalecer o setor agrícola para acabar com a pobreza. Isso também exigirá investimento no desenvolvimento econômico de pequenos e médios agricultores e na inovação do mercado. “É preciso que o mundo reconheça a importância da agricultura e dos agricultores. Sem produtores, não há comida.” Para ele, o cooperativismo é um dos caminhos mais promissores para alcançar esse objetivo.

Ele propôs ainda que o Brics crie um grupo de monitoramento para tratar de temas como a facilitação do comércio agrícola e de medidas sanitárias, além de outros obstáculos ao fluxo mais eficiente de produtos agropecuários. “A abertura dos mercados agrícolas tem papel fundamental nas políticas de segurança alimentar e nutricional,

porque amplia e diversifica a oferta de alimentos e garante o bem-estar da sociedade.” Em seu discurso, o ministro ressaltou que o Brics tem importância na formulação de políticas multilaterais, especialmente na área agrícola. “Este bloco econômico representa 42% da população mundial e 14% do PIB global.” Na avaliação de Blairo, o Brics precisa avançar em suas conquistas. “Sem isso, não mudaremos a vida dos cidadãos que representamos aqui.”

Desenvolvimento sustentável

O ministro ressaltou também que setor produtivo tem papel importante na conservação da biodiversidade. “É fundamental que o desenvolvimento no campo seja sustentável. No Brasil, usamos apenas 8% do território para o plantio, 19,7% para a pecuária e 13% estão reservados aos índios. Hoje, 61% da área do país ainda está conservada. Produzimos 200 milhões de toneladas de grãos e podemos duplicar este volume, sem agredir o meio ambiente, graças à tecnologia.”

Segundo Blairo, a Embrapa tem dado grande contribuição à sustentabilidade brasileira. Com o desenvolvimento de tecnologia e inovação, a empresa promove diversas iniciativas, como a recuperação de pastagens degradadas, a ampliação das áreas de plantio direto, a integração lavoura-pecuária-floresta, a adoção de técnicas de fixação de hidrogênio e o tratamento de resíduos animais.

MDSA participa de encontro da FAO no Chile. Site do MDSA, 26/09/2016.

Secretário Caio Rocha representa o ministério em evento promovido pelo escritório da FAO

Brasília – O secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), Caio Rocha, participa nesta segunda-feira (26) e terça (27) de encontro promovido pelo escritório da sede da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) para América Latina e o Caribe, em Santiago, Chile.

Na ocasião, ele vai conhecer os programas desenvolvidos pela FAO na região, além de trocar experiências sobre políticas de segurança alimentar e nutricional. “Discutiremos

diretrizes para melhorar e ampliar nossas ações. O encontro reforça ainda mais nosso apoio no planejamento da segurança alimentar para América Latina e Caribe”.

Durante o encontro, serão discutidas novas parcerias de projetos de Cooperação Sul-Sul relacionados à segurança alimentar e nutricional.

CNA participa da 9ª Edição da Conferência Internacional de Pecuáristas, em Goiânia. CNA, 26/09/2016.

Brasília (26/09/2016) – Mais de mil pecuaristas, técnicos, consultores e empresários participaram da 9ª Conferência Internacional de Confinadores (Interconf), entre os dias 20 e 22 de setembro, em Goiânia, Goiás. Promovida pela Associação Nacional dos Produtores (Assocon), o evento reuniu nomes importantes ligados à cadeia produtiva da carne para debater sobre tecnologias na produção, tendências para o consumo, confinamento, sanidade animal e cenário econômico. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) participou dos três dias do encontro.

Os temas foram apresentados em painéis que abordaram as tendências do consumidor na escolha da carne bovina, os mercados que a carne brasileira estão atendendo, a economia brasileira e os impactos no agronegócio, as estratégias de sucessão para os próximos pecuaristas, entre outros.

Uma das palestras de destaque da Interconf foi apresentada pela economista e chefe da XP Investimentos, Zeina Latif, sobre “Como a economia e a política influenciarão o Brasil nos próximos anos?”. A economista traçou um panorama da economia brasileira e enfatizou que, ainda que a agropecuária esteja segura se comparada à indústria, ela não está imune. “É o único setor que está tendo ganho de produtividade. O cenário é positivo, mas o espaço é limitado. Algumas cadeias produtivas estão se recuperando aos poucos”, destacou Latif.

Os estudos de caso de duas empresas também chamaram a atenção dos participantes. O médico veterinário da AC Proteína Agropecuária S.A., Anderson Lopes, falou dos desafios de um confinamento de grande porte. Já o agropecuarista do Mato Grosso, Bento Dias Gonzaga, fez uma análise da empresa PSLM Agropecuária S/A. Além disso,

tecnologias inerentes à sanidade do animal confinado também foram apresentadas com foco no controle de doenças respiratórias.

Com esta edição, o Interconf 2016 demonstra cenários de mudança quanto a perspectiva tradicional de se direcionar a produção a partir do pecuarista com foco determinante nas preferências do consumidor.

Reunião em Genebra aprovará orientações para a promoção de meios de vida sustentáveis no campo e nos setores agroalimentares. CONTAG, 26/09/2016.

Aproximadamente 46% da população mundial, incluindo os 40% que estão em idade de trabalhar, vivem em áreas rurais. Apesar da rápida urbanização, a maioria das populações dos países em desenvolvimento ainda vive em territórios rurais. Na África e na Ásia, o percentual da população que vive em áreas rurais é de, respectivamente, 60% e 52%. As populações rurais sofrem com a ausência de políticas públicas, mas seguem persistentes, lutando e sonhando com o desenvolvimento rural sustentável e solidário. Entretanto, são enormes as barreiras que impedem as populações camponesas, agricultores(as) familiares e trabalhadores(as) assalariados(as) de viverem e trabalharem solidariamente em territórios rurais desenvolvidos e sustentáveis.

Neste contexto, os territórios rurais com o modo de vida, produção e trabalho das populações que os habitam precisam de mais atenção dos Governos e das organizações multilaterais. É neste sentido que a OIT está reunindo em Genebra, de 26 a 30 de setembro, lideranças sindicais dos trabalhadores assalariados do campo, dos agricultores familiares e camponeses, representantes da classe patronal e dos governos para tratar do tema e elaborar um conjunto de diretrizes para melhorar as condições de trabalho, produção e de vida das populações do campo. A expectativa da OIT é de que estas diretrizes possam ser referendadas por governantes e implementadas em muitos países, a partir do potencial que apresenta a maioria dos territórios para o desenvolvimento rural sustentável. Portanto, a agenda de trabalho irá tratar da importância das economias rurais, do trabalho na produção, a produtividade, o mercado e suas implicações, a criação e o fortalecimento das políticas públicas eficazes para dar segurança ao setor produtivo e aos trabalhadores(as), assegurando renda confiável; produtividade, mercado, formalidade no trabalho assalariado; rigor no cumprimento da lei; liberdade à

associação e participação das populações rurais nas tomadas de decisão, sobretudo, do orçamento público para o estado fazer os investimentos necessários nos territórios rurais com infraestruturas de proteção social - escolas, estradas, hospitais, entre outras, e na agricultura com crédito agrícola e pecuário adequados para promoverem o desenvolvimento rural.

Durante essa semana, a reunião promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) pretende debater e aprovar o conteúdo do Projeto de Orientações Políticas para a Promoção de Meios de Vida Sustentáveis nas Zonas Rurais dirigidas aos setores agroalimentares.

Alberto Broch, presidente da CONTAG, foi convidado a participar desta reunião representando os trabalhadores(as) rurais agricultores familiares do Brasil. Alberto considera que “esse trabalho iniciado hoje não é uma missão fácil, temos que chegar a um consenso sobre temas muito complexos. Mas, até sexta, esperamos aprovar boas resoluções para que a OIT possa fazer as recomendações em âmbito mundial sobre políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável, para a agricultura familiar e os assalariados e assalariadas rurais, levando em consideração os termos que nós defendemos de sustentabilidade e de desenvolvimento”, explicou o presidente da CONTAG.

Inkra propõe grupo de trabalho para qualificar governança da terra na Ibero-América. INCRA, 27/09/2016.

O Incra lidera a criação de um grupo de trabalho internacional para elaborar capacitação voltada a qualificar os processos de gestão territorial e cadastro nos países ibero-americanos. Além de ampliar a atuação do Comitê Permanente sobre Cadastro na Ibero-América (CPCI), do qual o Brasil é vice-presidente, a iniciativa objetiva difundir, entre os países membros, as Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Terra e dos Recursos Pesqueiros e Florestais, adotadas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

A constituição do grupo de trabalho (GT) foi proposta pelo diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Rogério Arantes, e aprovada em assembleia do CPCI, durante o IX Simpósio Ibero-Americano de Cadastro, realizado há pouco mais de um

mês, na cidade colombiana de Medellín. Conforme a ata da assembleia, a autarquia coordenará o grupo.

A primeira reunião para tratar do tema foi realizada na última quinta-feira (22), na sede do Incra, em Brasília (DF). Participaram do encontro, além de Rogério Arantes, o consultor da FAO, Richard Martins Torsiano, a assessora da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Campinas (SP) e coordenadora Temática em Cadastro da Rede de Finanças Públicas, pela Fundação Centro de Educação à Distância para o Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (Ceddet – Espanha), Daniella Farias Scarassatti, e os servidores da autarquia Sávio Silveira Feitosa e Antônio Oliveira Santos.

“O Incra assumiu o compromisso de coordenar o GT e já estamos definindo encaminhamentos para direcionar as nossas ações”, afirmou o diretor Rogério Arantes, ao ressaltar os esforços empreendidos pelo Instituto no sentido de aprimorar a gestão cadastral e territorial no País, a exemplo da integração dos cadastros fundiário e fiscal.

Para o consultor da FAO Richard Torsiano, o País vem se destacando mundialmente nas discussões sobre governança fundiária e a participação no Simpósio Ibero-Americano de Cadastro confirmou isso. “O Brasil, por meio do Incra, compreendeu bem o papel das Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Terra, especialmente por pautar o tema na assembleia do CPCI e propor a criação de um grupo de trabalho para a difusão das propostas em toda a América Latina e Caribe”, ressaltou.

Torsiano acrescentou que a apresentação específica feita pela FAO no evento teve enorme significado, pois foi acompanhada por organizações das diferentes esferas de governo dos países membros, ampliando o alcance das diretrizes na região.

As Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Terra e dos Recursos Pesqueiros e Florestais, aprovadas no ano de 2012, são, conforme a FAO, “os princípios e práticas que os governos e outros atores podem consultar quanto à administração do direito sobre terras, pesca e florestas, de modo a servir melhor os interesses para as populações e promover a segurança alimentar e o desenvolvimento rural”.

O Incra quer propor a realização de um acordo bilateral com a FAO para apoiar os países da América Latina e Caribe na difusão das diretrizes, vinculadas à temática de

Cadastro Multifinalitário – sistema integrado de informações que envolve dados diversificados capazes de satisfazer necessidades de múltiplos setores, como o fiscal, o fundiário e o ambiental.

Atuação

O GT seguirá a mesma lógica de funcionamento dos demais grupos de trabalho já formados dentro da plataforma da Fundação Ceddett. A organização sem fins lucrativos, criada por iniciativa do Ministério da Economia e da Fazenda da Espanha e do Banco Mundial, se dedica à cooperação para o desenvolvimento com países de todo o mundo, especialmente na América Latina. Atualmente, há grupos de trabalho nas temáticas de Valoração, Cartografia e Formação.

Para Daniella Scarassatti, “a iniciativa permitirá, no âmbito do CPCI, a sensibilização e disseminação para as organizações cadastrais de um importante marco internacional na governança da terra, tendo como suporte a plataforma da Fundação Ceddett”.

Ministro da Agricultura estima que viagem à Ásia pode render até US\$ 2 bi em negócios. Eduardo Rodrigues Ferreira, 27/09/2016.

Blairo Maggi disse que governo criou o ambiente e agora parte da iniciativa privada firmar os contratos

BRASÍLIA - O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, disse que a viagem de 25 dias à Ásia, com passagem por sete países, poderá render ao Brasil até US\$ 2 bilhões em negócios. Ele esteve na China, Coreia do Sul, Tailândia, Mianmar, Vietnã, Malásia e Índia. "Os números são difíceis de mensurar, mas podemos dizer que conseguimos amarrar entre US\$ 1,5 bilhão e US\$ 2 bilhões em negócios. Agora, se isso vai se concretizar, é outra história. Os governos criam o ambiente para isso, mas quem firma os contratos é a iniciativa privada", afirmou o ministro.

Maggi relatou que os governos locais asiáticos foram muito abertos e demonstraram grande interesse em acordos com a missão brasileira. "Conseguimos avançar em vários países que tínhamos pendências. Tenho defendido junto ao presidente Michel Temer

que o governo faça essas incursões comerciais para acelerarmos discussões e decisões com países parceiros", completou.

Após 25 dias na Ásia, o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, reafirmou em entrevista sobre os resultados da viagem, que o Brasil quer ampliar sua participação no mercado mundial de produtos agropecuários de 7% para 10%. O ministro destacou a importância da região no comércio global, por concentrar países de alto crescimento econômico, que, somados, têm grande parte da população mundial.

Para Maggi, o Brasil precisa não apenas investir mais no mercado asiático como diversificar a pauta de exportações agrícolas para a região. "Somos fortes em alguns produtos, mas somos inexistentes em outros. Se queremos ampliar o nosso mercado, não vai ser aumentando volume de soja e milho, mas identificando outros produtos agrícolas de maior valor agregado. A ideia é explorar o que nós temos de potencial nesses países", afirmou.

Com o Vietnã, ele tratou da reabertura daquele mercado para as carnes suína, bovina e de frango. Técnicos virão ao País inspecionar frigoríficos. Também houve negociações para a exportação de lácteos para os vietnamitas. Na Malásia, discutiu a ampliação do mercado de carnes de aves e negociou exportação de bovinos vivos, carne bovina e material genético bovino - embriões e sêmen congelado.

Com a Índia, Maggi e os empresários que o acompanharam negociaram a venda de madeira, couro, pescados. Também foi anunciada a construção de uma fábrica da UPL no Brasil para a síntese de ativos agroquímicos, no valor de R\$ 1 bilhão. O governo firmou ainda um acordo de R\$ 100 milhões entre a Embrapa e a indiana UPL para o desenvolvimento de pesquisas em lentilha e grão de bico.

Na Coreia do Sul, a missão do ministério finalizou a penúltima fase de habilitação da carne suína de Santa Catarina para exportação. Na China houve negociações empresariais para a venda de grãos e carnes. E Mianmar reabriu as licenças para a importação de carnes, frutas e grãos brasileiros.

China suspende compras de cinco frigoríficos brasileiros. Valor Econômico, 28/09/2016.

No momento em que a comitiva do governo brasileiro volta da Ásia com vários acordos em estágio avançado para abertura ou consolidação de mercados aos produtos

agropecuários do país, o Ministério da Agricultura informou ontem que cinco estabelecimentos frigoríficos brasileiros ficarão temporariamente impedidos de exportar carne de frango à China, devido a irregularidades sanitárias detectadas pelo país asiático.

Durante entrevista para divulgar os resultados da missão do ministério à Ásia, o secretário de Relações Internacionais de Agronegócio da pasta, Odilson Ribeiro, preferiu não divulgar os nomes das empresas que serão impedidas de exportar e disse que os embarques serão efetivamente suspensos a partir de amanhã. Segundo ele, autoridades do órgão responsável pela defesa agropecuária na China enviaram um ofício na sexta-feira ao ministério comunicando que vão suspender temporariamente as certificações desses estabelecimentos.

O Valor apurou que na lista das unidades exportadoras suspensas pela China por tempo indeterminado estão duas plantas da JBS, em Amparo (SP) e em Rolândia (PR); uma da BRF em Dourados (MS); uma da Cooperativa Copacol, em Cafelândia (PR); e uma da Cooperativa Agroindustrial LAR, em Matelândia (PR).

Segundo Ribeiro, a China apontou alguns problemas na exportação de carne de frango desses estabelecimentos brasileiros, alegando, "por enquanto, apenas deterioração em cargas e que essas empresas não cumpriram requisitos sanitários".

Procuradas, a LAR e Copacol e a BRF responderam que foram notificadas pelo ministério, mas ainda desconhecem as razões que levaram à suspensão de suas unidades industriais. A JBS também confirmou a notificação e disse estar avaliando a medida.

Na entrevista ontem, o ministro Blairo Maggi reconheceu que a comitiva do governo brasileiro não conseguiu avançar nas negociações para que a China habilite mais seis estabelecimentos brasileiros de carne de frango e dois de carne suína para exportação.

Secretário-executivo do Mapa vai destacar sustentabilidade da agricultura brasileira na FAO. MAPA, 30/09/2016.

Além do discurso na Itália, Eumar Novacki também visitará Rússia, Armênia e Japão

O secretário-executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Eumar Novacki, embarca neste sábado (1º) para uma missão de 15 dias em quatro países: Itália, Japão, Armênia e Rússia. Na primeira parte da viagem, ele participará de um painel da

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), no qual falará sobre “Tendências de longo prazo dos preços da commodities e desenvolvimento agrícola sustentável”. A reunião será realizada na próxima segunda-feira (3), em Roma.

Em seu discurso, Novacki vai apresentar dados da Embrapa Imagens mostrando que 61% do território brasileiro continua preservado. "Vamos rebater posicionamentos da FAO que são equivocados em relação à agricultura brasileira, como a questão da pecuária como grande emissora de gás carbônico e o desmatamento das nossas terras. Isso não condiz com a realidade. Ao contrário, temos a legislação ambiental mais rigorosa do mundo", afirmou.

Outro ponto a ser defendido pelo secretário-executivo do Mapa é o de que os produtos agropecuários brasileiros sejam vistos no exterior como um padrão de qualidade e sustentabilidade. “Ao serem obrigados a preservar de 20% até 80% de suas propriedades, os produtores brasileiros prestam grande serviço ao mundo tanto do ponto de vista da conservação da biodiversidade quanto do enfrentamento das mudanças climáticas. E isso tem que ser reconhecido de alguma forma.”

Japão, Rússia e Armênia

Da Itália, o secretário-executivo do Mapa segue para o Japão, onde irá tratar da abertura e ampliação do mercado de carnes brasileiras e discutir questões tarifárias para suco de laranja e café. Novacki informou que está na pauta com o governo japonês a exportação de carne bovina termoprocessada. Já a negociação para exportação da carne in natura só deve ser concluída em um ano e meio.

O secretário-executivo disse ainda que pretende abrir para todos os estados brasileiros a exportação de carne suína para o Japão, que compra atualmente apenas de Santa Catarina. Em contrapartida, os japoneses querem vender para o Brasil carne da raça wagyu. “Não vejo qualquer problema nisso”, comentou.

Novacki também deve formalizar com os japoneses um acordo de cooperação para troca de tecnologia e compartilhamento de informações meteorológicas que vão aumentar em dez vezes a precisão das previsões do tempo. A parceria com o Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia) já vinha sendo discutida há algum tempo.

A terceira etapa da missão será na Rússia, onde Novacki deverá negociar a ampliação do número de plantas frigoríficas autorizadas a exportar carnes. Também devem entrar

na mesa de discussão a abertura do mercado para mel, frutas, ovos, lácteos e rações para animais de pequeno porte (pets). Por sua vez, os russos pretendem aumentar as exportações de pescados e trigo para o Brasil.

A etapa final da viagem será para transformar em acordos comerciais memorandos de entendimento e cooperação assinados pelo presidente Michel Temer e o presidente da Armênia, Serzh Sargsyan, que esteve no Brasil em agosto. "Será a primeira missão oficial após a visita e a ideia é estender ao mercado de carnes armeno a possibilidade de exportação dos mesmos estabelecimentos que já atendem a Rússia", assinalou Novacki.
